



**Bloco de Esquerda**

*Grupo Parlamentar*

**VOTO DE CONDENAÇÃO E REPÚDIO N.º .../XIII/2.ª**  
**PELA DISCRIMINAÇÃO CONTRA A COMUNIDADE CIGANA**  
**NA FREGUESIA DE CABEÇA GORDA, CONCELHO DE BEJA**

O país foi confrontado com a recusa, no passado dia 14 de julho, da realização do velório e do enterro de um cidadão de etnia cigana na casa mortuária e no cemitério da freguesia de Cabeça Gorda, concelho de Beja. A razão alegada pelo Presidente da Junta de Freguesia em causa para recusar o pedido nesse sentido apresentado pela família do cidadão falecido foi a não verificação dos requisitos consagrados no regulamento do cemitério – designadamente a alegação de que "o falecido passava a maior parte do seu tempo noutras freguesias vizinhas" – mas tal argumentação revelou-se de validade muito controversa face à realidade dos factos. Perante a intransigência revelada pelo executivo autárquico da freguesia de Cabeça Gorda, os restos mortais do cidadão falecido viriam a ser depositados no cemitério da vizinha freguesia de Salvada, graças à disponibilização de um jazigo por uma família local.

Na verdade, sendo o cidadão falecido membro da comunidade cigana e tendo essa circunstância constituído motivo realmente decisivo, muito para lá de qualquer controvérsia sobre interpretação dos regulamentos locais, para a recusa da realização do velório e do enterramento do corpo nos equipamentos públicos de Cabeça Gorda, essa recusa revela-se um ato de discriminação grave em violação da Constituição da República e da lei.

A discriminação contra a comunidade cigana é uma das práticas mais frequentes de racismo em Portugal. O Comité das Nações Unidas contra todas as formas de discriminação racial, no seu mais recente relatório sobre Portugal, pôs esta realidade em evidência e recomendou vivamente ao Estado português a adoção de medidas legislativas e práticas para um combate eficaz contra a ciganofobia.

*Assim, a Assembleia da República, reunida em plenário:*

- 1. Condena e repudia a situação de discriminação contra a comunidade cigana recentemente vivida na freguesia de Cabeça Gorda, concelho de Beja, com a recusa, pela respetiva Junta de Freguesia, da realização do velório e do enterro de um cidadão daquela comunidade, considerando que esta recusa se revela atentatória do disposto na Constituição da República e na lei;*
- 2. Condena e repudia todas as formas de discriminação contra a comunidade cigana, praticadas por entidades públicas ou privadas, em violação da Constituição e da lei;*
- 3. Exprime o seu empenhamento em contribuir, no plano das suas competências específicas de elaboração legislativa e de controlo da atividade do Governo e da Administração, para uma erradicação de todas as formas de discriminação racial, religiosa e sexual e das demais que atentem contra o princípio fundamental da igual dignidade de todos os cidadãos.*

Assembleia da República, 11 de julho de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,